

Nenhuma Paz Vai nos Proteger

O Discurso da Não-violência no Brasil pós-2013

Facção Fictícia

2014

“As pessoas dormem tranquilamente à noite porque existem homens brutos dispostos a praticar violência em seu nome.”

– George Orwell

Nenhuma paz vai nos proteger

“Ativistas privilegiados devem compreender aquilo que o resto do mundo já sabe há muito tempo: estamos em meio a uma guerra, e a neutralidade não é possível. Não há nada neste mundo que mereça o nome de ‘paz’. É mais uma questão que se reduz a de qual é a violência que nos assusta mais e do lado de quem vamos resistir.”

– Peter Gelderloos, *“Como a não-violência protege o Estado”*

A rápida difusão de Black Blocs e diversas outras táticas de autodefesa e contra-ataque que vimos emergir em 2013 foi acompanhada de seus opositores mais virulentos: defensores da *não-violência* – ou o *pacifismo*. Vinda, na imensa maioria dos casos, das mesmas pessoas que pintavam o rosto com as cores da bandeira, carregavam dizeres nacionalistas ou com uma crítica rasa (como contra a corrupção) e de grupos de classe média, brancos e privilegiados, essas ações variavam do simples grito de “sem violência” ou “sem vandalismo” até ao claro exercício de seus privilégios de classe: dialogando ou abraçando policiais em um momento, agredindo quem tentava lançar uma pedra ou pichar um muro ou entregando pessoalmente mascarados à polícia em outro. Isso quando não estavam se colocando como escudos humanos diante da propriedade privada ou dos agentes policiais que queriam defender da ira popular. Esse comportamento é mais comum do que parece. Até mesmo nos protestos na Turquia houveram grupos de pacifistas que incredivelmente se colocaram como uma barreira para impedir que uma delegacia fosse apedrejada após as ações policiais ter já matado e mutilado diversas pessoas. Nos Estados Unidos, grupos que adotavam a tática black block para defender os acampamentos do movimento Occupy dos ataques policiais foram chamados “o câncer do movimento” por jornalistas burgueses.

O problema fundamental da não-violência vem quando ela atinge o status de um valor inegociável que, em tese, deve ser aplicado em qualquer lugar ou situação, por qualquer grupo, em qualquer contexto, simplesmente por ser a única forma *correta* de ação. No entanto, sabemos que defender a não-violência como princípio para todas as ações políticas de resistência simplesmente mascara e tenta preservar privilégios de classe, gênero e cor. É uma forma de agir ineficiente, mas também classista, racista e patriarcal. O pior preço pago pelo pacifismo talvez seja jogar a violência cada vez mais sobre as minorias e desempoderá-las quando mais precisam reagir para defender sua própria existência.

Como o anarquista Peter Geoderloos deixa claro: *“A posição pacifista quer que o sucesso seja atribuído somente às táticas pacifistas, enquanto o resto de nós acredita que a mudança vem de todo o espectro de táticas presentes em qualquer situação revolucionária, desde que sejam efetivamente implantadas. Isso acontece porque nenhum grande conflito social possui uma uniformidade de táticas e ideologias, o que significa dizer que todos esses conflitos apresentam táticas pacifistas e definitivamente táticas não pacifistas. Mas os pacifistas precisam apagar a história que não concorda com eles ou, alternativamente, culpar suas falhas pela presença ao mesmo tempo de lutas violentas”*. Para o pacifista, violência é o que *os outros* fazem.

A argumentação pela não-violência normalmente se apresenta como a única e melhor forma de conseguir algo dos governantes ou de encarar a violência policial é “dando o bom exemplo”, dar as mãos, segurar cartazes, sentar-se diante da tropa de choque e oferecer flores – como se assassinos fardados ou governantes e empresários cedessem a algum apelo emocional. Tal pensamento indica que para esse tipo de ativista, a vida na sociedade não lhes inflige uma violência anterior, como a que recai diariamente sobre quem não tem a pele branca, uma

família abastada, frequentou boas escolas, nem é reconhecida como homem ou homossexual. Para essas pessoas cercadas de privilégios, o pacifismo como princípio universal funciona para garantir que seus protestos não atraiam consequências violentas para si, ou seja, que mantenham a camada de proteção que seus privilégios já lhes garantem. Nos piores casos, mesmo pessoas não tão privilegiadas se identificam com os valores burgueses das classes dominantes e agem de forma a proteger a propriedade privada ou pública como se fossem bens que merecem um respeito similar ao que é negado às pessoas que os destroem, além de enxergar na figura do policial um agente comprometido com a segurança das pessoas ali presentes e não um cão de guarda dos ricos disposto a nos ferir ou tirar vidas para cumprir seu papel.

Pessoas abastadas normalmente não precisam lutar por um mundo melhor em sua realidade imediata, mas o fazem não por verem suas vidas ameaçadas pelo sistema ou pelo resto da sociedade, mas por uma consciência ético-política do que é mais correto. Isso não é ruim em si, solidariedade será necessária entre diferentes camadas e grupos em diferentes situações, mas ainda assim é motivo suficiente para diferenciar a relevância de sua opinião da opinião de quem está abaixo numa escala de privilégios. Pacifistas privilegiados podem simplesmente abandonar sua militância e voltar para o conforto de sua vida e família quando as coisas ficarem muito “complicadas” ou “perigosas”. Para elas, a resistência violenta é uma ameaça a tranquilidade e estabilidade de suas vidas. Para grupos minoritários, a quem luta revolucionária mais interessa, a resistência violenta pode ser a única promessa de uma vida um pouco mais digna, ou mesmo a única forma de sobreviver, preservar sua integridade, sua casa, sua terra ou as pessoas que amam.

Se tomarmos como inquestionável o princípio da não-violência, teríamos que exigir que povos indígenas resistissem com passeatas e mão dadas a invasão das tropas europeias às Américas, ou que o povo Iraquiano conseguiria parar o massacre estadunidense sentando nas avenidas e coletando assinaturas. Para que as táticas não-violentas sejam sempre efetivas, é necessário que o grupo que as pratica detenha privilégios e visibilidade o suficiente para que as autoridades que as confrontam tenham algum receio de agir com violência contra ele. Esse é o caso dos caras-pintadas ou da classe-média que se juntou às multidões nas ruas de verde-amarelo em 2013. Definitivamente não é o caso da resistência iraquiana ou palestina; não foi o caso dos povos Guaranis diante dos bandeirantes ou das tribos Cheyenne e Lakota na América do Norte diante do General Custer. Hoje, ainda não é o caso da população preta pobre e periférica das grandes cidades, assim como não é o das mulheres, das pessoas trans, das lésbicas e das bichas em todo o mundo, seja nas ruas ou entre quatro paredes. Não é o caso dos quilombolas, camponesas ou indígenas enfrentando o Estado brasileiro e milícias rurais que matam impunemente. Assim, também não será o caso de todas as pessoas que tomarem as ruas para combater o Estado, o Capital e seus pilares de privilégios, até que suas vozes atraiam a atenção e a solidariedade de quem ainda não escolheu um lado no enfrentamento com a ordem vigente.

O Estado obviamente prefere enfrentar uma oposição não-violenta do que uma disposta a lutar. Se história ainda é escrita pelos vencedores, então devemos desconfiar de todo discurso que os vencedores (o Estado, a mídia, as classes abastadas, brancos, homens, etc.) tentam nos fazer engolir sobre qual é o modo “correto” de se combater a opressão. Comunidades indígenas Zapatistas sabiam que visibilidade e privilégios não eram algo com o que podiam contar, e assim, fizeram-se tanto bem armadas como visíveis. Com armas, puderam intimidar o governo mexicano que tanto desejava explorar a selva Lacandona e suas riquezas minerais e naturais às custas da miséria dos povos que lá resistem há 500 anos; com comunicados, publicações e o uso da recém popularizada internet foram vistas e ouvidas por toda comunidade internacional e atraíram solidariedade da esquerda e de radicais em geral. A lição para nós, que resistimos nas cidades, é que armas e disposição para combate podem ajudar a afastar por um tempo opressores que não esperam resistência, porém o

apoio de quem está de fora dos enfrentamentos é fundamental para não sermos massacrados silenciosamente e para que as narrativas de resistência se alastrem.

“Governos raramente respondem a sussurros, mas geralmente podem ouvir quando gritamos. Em tempos como esse, torna-se necessário para lutas políticas a reavaliação de táticas e estratégias para escolher aquelas que resultem no mínimo de violência física, não apenas contra a oposição, mas também contra nós. Não adaptar estratégias a momentos diferentes se torna contraproducente e, quando falhamos em fazê-lo, nos tornamos responsáveis pela violência que acontece quando manifestantes não-violentos são encorajados a se colocar diante da força policial violenta. (...) Se continuarmos a usar desobediência civil não-violenta como uma tática, então devemos reagir apropriadamente quando nossas táticas forem recebidas com violência.”

- Rod Coronado, "The high price of Pacifism"

Não se trata de opor táticas “violentas” às táticas “não-violentas” como moralmente mais aceitáveis ou mesmo mais eficientes. Trata-se de aceitar uma diversidade de táticas e respeitar a escolha de diferentes táticas de acordo com o grupo que precisa delas, o contexto e o momento. É preciso assumir que a violência já existe e é aplicada injustamente contra a maior parte da população para manter uma ordem opressora de exploração. Responder a ela deve apenas servir para evidenciar a violência do opressor e não condenar a de quem resiste como igualmente maléfica. Quando um grupo precisar recorrer à violência anti-autoritária para atingir seus objetivos ou mesmo sobreviver à uma ofensiva do Estado ou outros grupos autoritários, é melhor que as pessoas não envolvidas diretamente ofereçam apoio e solidariedade do que uma crítica moralista. Em todo caso, é mais útil que tais pessoas fiquem caladas do que abram suas bocas para deslegitimar a resistência ou afirmar ainda mais a violência estatal, patriarcal ou racista como forma de lidar com a oposição.

Propomos uma diversidade de táticas como uma saída mais eficiente para lutas que precisam se atualizar e ser adaptáveis a diferentes contextos e que atenda a diferentes necessidades de cada grupo. Que em vez de nos perguntarmos qual tipo de tática é mais “correta” ou “ética” quando se trata de resistir à opressão, nos perguntemos qual tática aumenta nossa potência e nos parece ser mais segura e eficiente, como menor custo para nós no enfrentamento contra o Estado, o capitalismo, o patriarcado, a supremacia branca e toda forma de dominação.

Biblioteca Anarquista



Facção Fictícia
Nenhuma Paz Vai nos Proteger
O Discurso da Não-violência no Brasil pós-2013
2014

<https://faccioficticia.noblogs.org/publicacoes/nossas/>

bibliotecaanarquista.org